



EXMA SRª PREGOEIRA DO PREGÃO PRESENCIAL PP 01/2018 DO TRT-3 (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO)

Senhora Pregoeira,

**Ref: Pregão Presencial PP 01/2018 do TRT-3
Processo e-PAD 2936/2018 SEAA**

O Lava a Jato e Estacionamento Parada com Sabão, de CNPJ nº 10.610976/0001-30, através de sua procuradora já qualificada neste processo, vem apresentar, dentro do prazo estabelecido, as razões pelas quais entende que o recurso interposto contra a decisão que o declarou vencedor da licitação em epígrafe não deve prosperar.

Entendemos que, diferentemente do que afirmou o recorrente, não houve, durante o processo, violação por parte de VExa de *“princípios constitucionais que regem a administração pública, bem como os atos administrativos, como a presente licitação, incorrendo ainda na inobservância dos princípios vinculados à proteção do meio ambiente” sic;*

Pelo contrário, a opção pela realização do pregão de forma presencial o deixou ainda mais didático, transparente e eficiente, tendo sido testemunhado e fiscalizado, inclusive, por outros servidores do Tribunal, capazes de atestar sua lisura e os fatos que destacaremos a seguir, em contraposição às afirmações do recorrente.

Realmente, nossa empresa ofereceu o melhor lance, em ambos os lotes. Mas não é verdade, porém, *“que houve manifesta desistência da empresa vencedora em relação ao Lote 01, optando pelo processo de concorrência no Lote 02, o que não consta expressamente em ata”.*

Tal “desistência” não constou na ata, justamente, porque ela não aconteceu! O lote 02 foi homologado, em vez do lote 01, simplesmente por que o valor final do lance que demos, neste, foi inferior ao lance final dado naquele!

Tudo isso, cumprindo-se, literalmente, o que prevê o item 8.17 do Edital: *“terá prevalência na homologação o lote 1, caso o preço arrematado seja igual ou inferior à menor proposta apresentada para o lote 2 (lavagem convencional). Isto importa dizer que apenas um dos lotes será efetivamente homologado, conforme os critérios mencionados.”*

Em outras palavras, havia, sim, conforme o Edital, preferência pela lavagem “ecológica”, porém, condicionada a que esta tivesse preços iguais ou inferiores aos propostos para a lavagem “convencional”. Não seria possível, pois, como defende, agora, o recorrente, a finalização da licitação, sem que VExa apurasse, antes, objetivamente, os preços oferecidos em ambos os lotes.

Estranhamente, embora não tenha sequer apresentado proposta para a prestação de serviços “ecológicos”, o recorrente agora defende a tese de que nós deveríamos ter sido habilitados, imediatamente, para a sua realização, sem que tivesse sido dada, a ele, sequer a chance de disputar o contrato, na outra modalidade.

Neste caso, logicamente, se houvesse algum “beneficiado” com o procedimento adotado, seria ele próprio, que teve a oportunidade de participar da disputa pelo contrato (mesmo não tendo proposta para o lote 01), e não o seu concorrente (que, apesar de deter da única proposta válida para o lote 01, democraticamente sujeitou-se à disputa pelo lote 02, determinada pelo Edital e por VExa).

O recorrente ainda afirma que *“apesar do valor da lavagem ecológica ser pouco mais cara do que o serviço convencional, deveria a pregoeira, pelo princípio da eficiência disposto no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, em consonância com o art. 3º da Lei 8.666 de 1993, no exercício do seu dever, vinculado ao edital” sic* , homologar o lote 01, *“uma vez ser essa modalidade de lavagem automotiva mais vantajosa, não somente para o Tribunal, como para a coletividade, por se tratar de uma lavagem que visa à diminuição do impacto ao meio ambiente e ao consumo de água em grandes quantidades”*.

Estranhamos, também, esse posicionamento, depois de tudo o que foi dito sobre o assunto, na presença das testemunhas. Elas devem se lembrar dos relatos que ambos os licitantes fizeram, informalmente, antes mesmo do início do pregão, sobre sua experiência com esse tipo de “lavagem ecológica”, que foi muito alardeada e divulgada, há alguns anos, quando o país passou por severa estiagem, mas acabou não “pegando”, de fato, e não é adotada, atualmente, na prática, em contratos corporativos, por nenhum dos mais tradicionais lava a jato de BH que conhecemos.

Isso porque, na prática, ela não é muito adequada quando os carros estão muito sujos, por exemplo, de lama, óleo e areia, ou resíduos “mais agarrados” de dejetos de pássaros e insetos, chuva ácida, seivas de plantas etc.

Nesses casos, a execução da chamada lavagem “ecológica” demanda uma grande quantidade panos (normalmente feitos de microfibra sintética) que, depois do serviço e longe dos olhos

dos fiscais e dos clientes, acabam sendo lavados com bastante água e produto químico, estragando rapidamente e sendo logo descartados, no meio ambiente, como lixo não biodegradável.

Ela se mostra mais apropriada, na realidade, para a execução “em domicílio”; em garagens, “ambientes internos”, mostruários de concessionárias, condomínios e “shopping centers”, por exemplo; e para clientes que não dispõem de muita mobilidade e uma estrutura mais apropriada para o exercício dessa atividade.

A lavagem “convencional”, por sua vez, em empresas sérias como a nossa e a do recorrente, segue normas e princípios que, na nossa opinião, revelam uma preocupação mais real e efetiva, não apenas e especificamente com a quantidade de água utilizada em cada lavagem, mas também com a conservação dos veículos, o reuso e o tratamento da água antes de sua dispensa na rede de esgoto, o controle do nível de ruído das máquinas, a minimização da poluição do ar com a exigência de box fechado, o uso de EPI’s para proteção da saúde dos funcionários, enfim, a natureza e o meio ambiente, de forma bem mais ampla.

Há algumas considerações sobre como isso acontece na nossa empresa, no informativo anexo, no link <http://paradacomsabao.blogspot.com/2014/10/carro-limpo-e-consciencia-limpa.html> e também na interessante reportagem, que pode ser assistida em <http://paradacomsabao.blogspot.com/2015/01/parada-com-sabao-na-tv-em-2015.html>, que a equipe do Programa “Vrum” produziu e veiculou na TV Alterosa do SBT, no auge daqueles tempos de estiagem, em que a comparação entre a lavagem ecológica e tradicional foi tema muito comentado, em nosso estado.

Por tudo isso, cremos que a homologação do lote 01, não apenas em razão do melhor preço obtido, mas também por todos os demais objetivos que o TRT3 visa a atingir com o processo, foi justa, lícita, totalmente de acordo com as regras do Edital e os princípios que orientam as contratações públicas.

O recorrente ainda ataca, finalmente, em seu recurso, o documento que atestou a capacidade técnica da nossa empresa. Afirma “*que ele não era claro quanto à realização dos serviços*”; que “*não detalhou no texto a quantidade e o tipo de lavagem que a empresa realizou*” e que continha “*dúvidas*” que nos beneficiaram e “*desequilibraram a balança da livre concorrência*”.

Data Venia, entendemos que o referido documento foi apresentado estritamente dentro dos moldes estabelecidos no Edital e que valia, por si só, independentemente de qualquer conferência posterior, como indicativo da nossa “*capacidade técnica e aptidão*” (...) “*para prestação de serviço compatível com o objeto da licitação*”, em ambas as modalidades e na quantidade de apenas 20 lavagens por mês (que corresponde a menos de uma lavagem por dia!) – bem inferior ao nosso real potencial de atendimento.

A diligência realizada, portanto, não nos beneficiou em nada: apenas reforçou e comprovou, de forma mais detalhada e segura, a informação que já tinha sido prestada, válida e objetivamente, segundo o Edital, no próprio documento.

Também não é verdade que a diligência nos favoreceu por conta do prazo de apresentação da CND Federal. Como bem observou o recorrente, declaramos “espontaneamente”, na primeira sessão do pregão, que gostaríamos de fazer jus ao referido prazo de 5 dias, porque gostaríamos de resolver certas questões ainda pendentes, junto à RBF.

Não diríamos isso, aliás, de forma tão explícita e inocente, se não tivéssemos a certeza de que seríamos capazes de apresentá-la, de uma forma ou de outra, dentro do prazo fixado, sendo um ou outro o dia marcado como termo inicial - seja resolvendo, previamente, tais questões (relativas a falhas nos sistemas informatizados de lá), ou simplesmente quitando ou parcelando os débitos que estavam “negativando” (injustamente) a nossa Certidão, apenas para “liberá-la” logo (e depois pleitear a compensação ou restituição dos valores que julgamos indevidos).

Por todo o exposto, enfim, o recurso interposto não deve prosperar e Vexa, como previsto no do Edital que rege esse certame, deve manter a decisão que nos declarou vencedores da disputa, de forma lícita, clara, transparente e objetiva.

Feito isso, e se o nosso contrato se efetivar, será um prazer e uma honra, para uma microempresa jovem como a nossa, ter uma instituição tão tradicional e respeitada como o TRT-3, como cliente e parceira!

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2018.



p/p LAVA-A-JATO E ESTACIONAMENTO. PARADA COM SABÃO LTDA ME

www.paradacomsabao.blogspot.com.br

